

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008, que *amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda deles no mercado interno.*e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2010, que *dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.*

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão os Projetos de Lei do Senado de nºs 292, de 2008, e 210, de 2010, de autoria respectiva dos Senadores Expedito Júnior e Acir Gurgacz, que tramitam em conjunto por força do Requerimento nº 892, de 2010, do Senador Antônio Carlos Valadares.

Nos termos do art. 260, II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLS nº 292, de 2008, por ser mais antigo, tem precedência sobre o PLS nº 210, de 2010.

Ambos os projetos têm por objetivo alterar a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional. Além disso, o PLS nº 292, de 2008, também propõe reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para

o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda, no mercado interno, dos produtos beneficiários da isenção do IPI de que trata a proposição.

Conteúdo do PLS nº 292, de 2008

A proposição foi distribuída, inicialmente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

A proposta vem fundamentada com o argumento de que a gama restrita de produtos que, quando usados como matéria prima, proporcionam a isenção do IPI tem tornado letra morta o incentivo fiscal.

Por outro lado, a Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, reflete o reconhecimento oficial da insuficiência do favor fiscal, ao abrir, especificamente para as Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e de Bonfim, um leque maior de matérias-primas utilizadas em produtos que gozarão da isenção. Com efeito, aí estão listadas as matérias-primas de origem animal, mineral (exceto os minérios “commodities” do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM) bem como os produtos de origem agrossilvopastoril.

Com o suporte do argumento da insuficiência do favor fiscal, a proposição procura criar condições para que haja equilíbrio de incentivos aplicáveis à produção da Amazônia Ocidental com aqueles originados das mencionadas Áreas de Livre Comércio e, principalmente, para que tais incentivos tenham efetividade no incremento econômico e social da região.

Conteúdo do PLS nº 210, de 2010

A proposição foi distribuída, inicialmente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Na justificção, o autor argumenta que a consequência do regime fiscal vigente é que a região deixa de aproveitar suas potencialidades centradas nos segmentos agrossilvopastoril, da agroindústria, da mineração, da bioindústria e da reciclagem de resíduos, apenas para citar exemplos. Ao contrário, sofre a concorrência predatória de produtos industrializados de

outras regiões que ali entram com isenção do IPI, enquanto o produto local sofre a incidência plena do tributo.

Ainda segundo o autor, a região é induzida à exportação de produtos primários, que vão constituir-se em matéria-prima para industrialização em outras regiões, muitas vezes retornando à própria Amazônia Ocidental como produtos acabados, beneficiados com a isenção do IPI. Esta situação estaria em conflito com o conceito de que o desenvolvimento é tanto mais incentivado quanto mais a produção exportada contenha valor agregado, gerando emprego, renda e avanço tecnológico na própria região.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-A, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios; bem assim a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

As proposições atendem à exigência, prevista no § 6º do art. 150 da Constituição, de que a concessão de qualquer benefício tributário depende de lei federal específica. Também atende ao disposto no art. 151, inciso I, da Carta Magna, que atribui à União a prerrogativa de instituir diferenças de tratamento tributário com a finalidade de reduzir desigualdades regionais.

Quanto ao mérito, a justificação de ambas as proposições demonstra, de forma satisfatória, a sua relevância. Os autores defendem a ampliação da abrangência do incentivo fiscal em questão a todos os produtos elaborados com matérias-primas originárias da Amazônia Ocidental, independentemente do local onde se der o beneficiamento ou industrialização.

O regime tributário vigente é caracterizado pelos benefícios fiscais concedidos aos produtos oriundos de outras regiões do País destinados ao consumo na Amazônia Ocidental, objetivando compensar o custo de transporte por longas distâncias.

No entanto, parece-nos uma insensatez o fato de que uma empresa, localizada em algum local do território nacional, adquira matérias-primas da região e exporte os produtos processados com isenção do IPI para a mesma Amazônia Ocidental, e que, ao mesmo tempo, as empresas locais que industrializem a mesma matéria-prima sejam obrigadas a pagar o tributo. Portanto, trata-se de uma alteração normativa que poderá contribuir para a instalação de novas indústrias na Amazônia Ocidental.

Mediante a aprovação do PLS nº 292, de 2008, passaria a haver simetria nas condições de competição pelos mercados locais e igualdade no tratamento fiscal independente de os estabelecimentos industriais estarem localizados na Amazônia Ocidental ou em qualquer outro ponto do território nacional.

Sem prejuízo do mérito da proposição, é preciso atender os requisitos que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) estabelece para as hipóteses de renúncia de receita, razão pela qual sugerimos a inclusão de um artigo que determine a estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da proposição.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2010, na forma da seguinte:

EMENDA Nº – CDR (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2008**

Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda deles no mercado interno.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** Os produtos industrializados na área definida pelo §4º do art. 1º do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

§ 1º A isenção prevista no caput deste artigo somente se aplica aos produtos:

I – em cuja composição final haja preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), ou agrossilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definido em regulamento;

II – elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

§ 2º Excetuam-se da isenção prevista no caput deste artigo:

I – as armas e munições;

II – o fumo;

III – os automóveis de passageiros;

IV – as bebidas alcoólicas e os produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora

regionais, em conformidade com processo produtivo básico e observada a preponderância de que trata o inciso I do § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 2º O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso XIV e § 2º, renomeando o parágrafo único para § 1º:

“Art. 28.....

.....

XIV – produtos que satisfaçam os requisitos e condições exigidos para o reconhecimento de isenção do IPI prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, salvo os industrializados em estabelecimentos situados em área de livre comércio ou na Zona Franca de Manaus.

§ 1º

§ 2º No caso do inciso XIV, o disposto no caput aplica-se pelo prazo definido no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observadas as prorrogações.” (NR)

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A permissão para a dedução de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Art. 5º Fica revogado o art. 34 do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator